

**ESTUDANTES INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA EM MINAS GERAIS:  
uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica<sup>1</sup>**

Michele Aparecida de Sá<sup>2</sup>  
Augusto César Cardoso Mendes<sup>3</sup>  
Letícia de Oliveira Brazão<sup>4</sup>

**Resumo:** A interface Educação Especial e Educação Escolar Indígena é uma construção recente na política educacional brasileira. Por esse motivo, torna-se fundamental investigar como está acontecendo a escolarização de estudantes indígenas com deficiência. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar e analisar o quantitativo de estudantes indígenas com deficiência presentes nas 20 escolas indígenas do Estado de Minas Gerais, sendo 19 vinculadas à rede estadual e 01 à rede municipal de ensino. Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva que utilizou os dados do Censo Escolar da Educação Básica, especificamente os microdados dos anos de 2008, 2010, 2015 e 2020. As variáveis selecionadas foram do banco de matrícula, especificamente: localização diferenciada da escola (terra indígena), modalidade de ensino, etapa de ensino, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e tipo de deficiência. Os dados evidenciaram a presença de estudantes indígenas com deficiência em escolas indígenas de Minas Gerais. Apontaram que a maioria dos estudantes com deficiência possui deficiência intelectual, seguida pela deficiência física e múltipla. Os dados revelaram que uma pequena parcela desses estudantes recebe atendimento educacional especializado e poucas escolas possuem sala de recursos multifuncionais. Os dados demonstram a fragilidade da rede estadual de ensino em garantir direitos fundamentais aos estudantes indígenas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação especial. Educação escolar indígena. Indicadores educacionais.

**INDIGENOUS STUDENTS WITH DISABILITIES IN MINAS GERAIS:  
an analysis from the School Census on Basic Education**

**Abstract:** The interface of Special Education and Indigenous School Education in Brazil is relatively new in the country's educational policies. Given this novelty, it is essential to investigate the educational experiences of indigenous students with disabilities. This study aimed to identify and analyze the number of indigenous students with disabilities present in the 20 indigenous schools in the State of Minas Gerais, 19 affiliated with the state education system and one with the municipal system. This research is descriptive, used data from the School Census on Basic Education, focusing on microdata from 2008, 2010, 2015 and 2020. Key variables included enrollment database, specifically the schools' different locations (indigenous land), teaching modes, educational levels, Special Education Services (SES) and types of disabilities. The findings showed the presence of indigenous students with disabilities

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (Processo: APQ-00604-21).

<sup>2</sup> Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Núcleo de Educação Especial, Tecnologias e Inclusão Escolar (Coletivo Diversa) da UFMG. E-mail de contato: micheledes20@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, da UFMG. Graduado em Psicologia na Faculdade Pitágoras. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Direito Escolar (GEPEEDE) da UFMG. E-mail de contato: gutocm8@gmail.com

<sup>4</sup> Licenciada em Ciências Biológicas na UFMG. Foi bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG (2021-2023). E-mail de contato: leticia\_brazao@hotmail.com.

in indigenous schools in Minas Gerais. The data indicate that the most common disability among these students is intellectual, followed by physical and multiple disabilities. The data revealed that a small fraction of these students receive special education support, and few schools are equipped with multifunctional resource rooms. Overall, the findings demonstrate the vulnerabilities in the state education system in ensuring fundamental rights to indigenous students with disabilities.

**Keywords:** Special education. Indigenous school education. Education indicators.

### **ESTUDIANTES INDÍGENAS CON DISCAPACIDAD EN MINAS GERAIS: un análisis desde el Censo Escolar de Educación Básica**

**Resumen:** La interfaz entre Educación Especial y Educación Escolar Indígena en Brasil es relativamente reciente en las políticas educativas del país. Ante esta novedad, resulta fundamental investigar las experiencias educativas de estudiantes indígenas con discapacidad. Este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar el número de estudiantes indígenas con discapacidad presentes en las 20 escuelas indígenas del Estado de Minas Gerais, 19 afiliadas al sistema educativo estatal y una al sistema municipal. Esta investigación es descriptiva, utilizó datos del Censo Escolar de Educación Básica, enfocándose en microdatos de 2008, 2010, 2015 y 2020. Las variables seleccionadas incluyeron base de datos de matrícula, específicamente las diferentes ubicaciones de las escuelas (tierras indígenas), modalidades de enseñanza, niveles educativos, Servicios de Educación Especial (SES) y tipos de discapacidad o Trastorno del Espectro Autista. Los hallazgos mostraron la presencia de estudiantes indígenas con discapacidad en escuelas indígenas de Minas Gerais. Los datos indican que la discapacidad más común entre estos estudiantes es la intelectual, seguida de la física y la pluridiscapacidad. Los datos revelaron que una pequeña fracción de estos estudiantes recibe apoyo de educación especial y pocas escuelas están equipadas con salas de recursos multifuncional. En general, los hallazgos demuestran las vulnerabilidades del sistema educativo estatal para garantizar los derechos fundamentales de los estudiantes indígenas con discapacidad.

**Palabras clave:** Educación especial. Educación escolar indígena. Indicadores educativos.

### **Introdução**

A escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil foi reconfigurada com o advento das políticas de educação inclusiva, sobretudo a partir dos anos 2000, quando uma série de ações foi organizada com o objetivo de garantir a matrícula desse alunado nas escolas comuns.

Essa intencionalidade é sistematizada com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) ao assegurar a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial<sup>5</sup> e orientar os sistemas de ensino a garantirem o

---

<sup>5</sup>Considera-se público-alvo da Educação Especial as “pessoas com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com

acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos no ensino regular.

Desde então, estudos têm demonstrado o aumento das matrículas de estudantes com deficiência em escolas comuns (Dalmonech; Rebelo, 2024; Rebelo; Kassar, 2018) e nas escolas indígenas (Sá, 2015; Sá; Cia, 2015; Sá; Ribeiro; Gonçalves, 2023).

A interface Educação Especial e Educação Escolar Indígena evoca reflexões complexas, os sujeitos discentes dessa interface apresentam culturas, línguas, valores, relações sociais que lhes são singulares. De acordo com Nozu, Sá e Damasceno (2019, p. 54) a concepção dessa interface apresenta o “[...] trânsito de sujeitos com múltiplas identidades por espaços e tempos intersticiais que se cruzam ‘entre as faces’” da Educação Especial e da Educação Escolar Indígena.

A interface dessas duas modalidades de ensino é reconhecida em documentos que orientam a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena. No caso da Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva recomenda que “[...] os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais” dos povos indígenas (Brasil, 2008, p. 12).

Com relação à Educação Escolar Indígena, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Brasil, 2012) apresentam avanços sobre essa interface quando consideram a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal que visa assegurar ao seu público-alvo o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades nas escolas indígenas por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O referido documento apresenta a necessidade de assegurar a acessibilidade aos estudantes indígenas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades e/ou superdotação, por meio de construções acessíveis, equipamentos, transporte escolar, recursos pedagógicos adaptados às necessidades específicas de cada estudante e recursos humanos. Em relação à identificação das necessidades educacionais especiais dos estudantes indígenas com deficiência, devemos considerar a experiência dos docentes

---

autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas” (Brasil, 2008, p. 9).

indígenas, a opinião dos familiares e as questões culturais de cada povo (Brasil, 2012).

As Diretrizes asseguram que o AEE deve estar presente nas escolas indígenas para garantir a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso dos estudantes que necessitam desse atendimento. Preveem também que as escolas indígenas devem contar com o “assessoramento técnico especializado e o apoio da equipe responsável pela Educação Especial em parceria com as instâncias administrativas da Educação Escolar Indígena nos sistemas de ensino” (Brasil, 2012, p. 6).

No entanto, sabemos que tanto a Educação Escolar Indígena quanto a Educação Especial são áreas educacionais que historicamente enfrentam disputas de poder, bem como sofrem processos de exclusão e marginalização política e ideológica (Garlet, Guimarães, Bellini, 2010; Ribeiro, Nozu, 2021, Stevanim, 2020).

No decorrer dos últimos anos, as matrículas de estudantes indígenas com deficiência aumentaram no contexto brasileiro. Pesquisa desenvolvida por Sá, Ribeiro e Gonçalves (2023) demonstrou aumento expressivo desses estudantes em escolas indígenas no período de 2010 a 2020. Segundo os dados da pesquisa, no ano de 2010 existiam 510 matrículas, e em 2020 foram registrados 2.959 estudantes indígenas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Diante desse cenário e considerando a importância da adequação das práticas educacionais às demandas específicas dos estudantes indígenas com deficiência, surge a necessidade de ampliar as investigações sobre a escolarização desses estudantes. Assim, este estudo tem como objetivo identificar e analisar o quantitativo de estudantes indígenas com deficiência presentes nas 20 escolas indígenas do Estado de Minas Gerais.

### **Educação Escolar Indígena em Minas Gerais e sua interface com a Educação Especial**

A Educação Escolar Indígena diferenciada, bilíngue/multilíngue, intercultural e comunitária foi garantida aos povos indígenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, ao assegurar o uso das línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988) A partir dessa conquista legal, emerge o desafio aos sistemas de ensino federal, estadual e municipal para garantir o direito à Educação Escolar Indígena.

No caso do Estado de Minas Gerais, as primeiras iniciativas para atender a essa

reivindicação histórica dos povos indígenas por uma educação diferenciada tiveram início no ano de 1993 quando a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) organizou encontros com representantes dos povos indígenas (Xacriabá, Krenak, Maxakali e Pataxo), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), do Ministério da Educação (MEC), das secretarias municipais e docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para elaborar um plano de ação apropriado à cultura e à realidade de cada povo indígena mineiro (Mendonça, 2007).

A partir desses encontros, surge, no ano de 1995, o Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais. O programa nasceu da parceria entre os povos indígenas, SEE/MG, FUNAI, UFMG e Instituto Estadual de Floresta (IEF), e teve como proposta criar e colocar em funcionamento escolas indígenas em quatro regiões do estado. As metas eram: realizar curso de formação em magistério para os docentes indígenas; criar e construir escolas diferenciadas; e produzir material didático específico (Alvares, 1998; Dutra; Rezende, 2000). Entretanto, a principal ação do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais foi a realização do curso de formação dos professores indígenas no ano de 1996, trazendo contribuições para que cada povo indígena construísse sua própria escola (Pereira, 2009).

De acordo com Mendonça (2007), as primeiras escolas estaduais indígenas de Minas Gerais foram fundadas no ano de 1997, quando começou a contratação dos professores indígenas que iniciaram o seu percurso de formação em 1996. Esses docentes foram contratados para atuar nas escolas de suas comunidades e substituir os professores não indígenas contratados pelas prefeituras dos municípios onde havia terras indígenas.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Brasil, 2012), sobretudo, com o artigo 25 (que estabelece que os estados devem estruturar, nas Secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena), no ano de 2015, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais criou a Coordenação de Educação Escolar Indígena. De acordo com Paiva (2018, s. p.), esse setor ficou responsável por “[...] coordenar e executar todas as ações necessárias para o atendimento escolar às comunidades indígenas e constituir instâncias interinstitucionais para acompanhar e assessorar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito estadual”.

No ano de 2016, é promulgada a Lei 22.445, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena

no Estado de Minas Gerais e cria a categoria Escola Indígena. Como objetivos da Educação Escolar Indígena no estado, foram estabelecidos: valorizar as culturas e a diversidade étnica e linguística dos povos indígenas, fortalecer as práticas socioculturais das comunidades indígenas e afirmar as identidades étnicas específicas a cada povo indígena (Minas Gerais, 2016).

De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica no ano de 2020, existiam no Estado de Minas Gerais 20 escolas em terra indígenas que atendiam cerca de 4.698 estudantes indígenas nas diferentes etapas e modalidades de ensino (Inep, 2021). Lima, Santos e Azevedo (2021) abordam a necessidade da valorização cultural dos territórios em que sujeitos indígenas estão localizados para que haja o fortalecimento das políticas públicas que os alcançam. Diante disso, concordamos que pensar a existência desses sujeitos significa compreender as demandas políticas, sociais, culturais e educacionais que são acionadas por eles. Nesse caminho, observamos as demandas educacionais que advêm dos alunos indígenas que apresentam alguma deficiência.

Dentro de um contexto repleto de especificidades e singularidades, visamos debater e afunilar o olhar para a realidade desses sujeitos no Estado de Minas Gerais. Na esteira dessa discussão, localizamos estudos que têm evidenciado a presença de escolares indígenas com deficiência em Minas Gerais (Sá; Ferrari; Marciano, 2022; Sá; Ribeiro; Brazão, 2023), mas poucas são as políticas existentes para atendimento desse público específico. Segundo Sá, Ribeiro e Brazão (2023), no Estado de Minas Gerais, a interface Educação Especial e Educação Escolar Indígena aparece de forma insatisfatória na Resolução SEE nº 4.256/2020, que institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. De acordo com os autores, a interface é citada somente no artigo 28 ao assegurar para os estudantes indígenas surdos que possuem Língua de Sinais própria a atuação de profissional apto a estabelecer mediação comunicativa com eles. Os autores pontuam ainda que na resolução “[...] nada consta sobre a forma de oferta da Educação Especial dentro das escolas indígenas e sobre o atendimento educacional especializado para assegurar a igualdade de condições para acesso, permanência e conclusão com sucesso dos estudantes indígenas”. (Sá, Ribeiro, Brazão, 2023, p. 6)

Raupp et al. (2017) denunciam a precariedade da realidade de vida da população indígena causada, justamente, pelo sucateamento das políticas públicas que asseguram e

desenvolvem os direitos objetivos e subjetivos dessa população. Em paralelo a isso, apontamos que o direito de escolarização passa primeiro pelo direito de existir; se não existimos, não podemos nos desenvolver em educação, saúde, tecnologia e cidadania, por exemplo. Justamente por compreendermos a importância da escola e de seus agentes no papel da perpetuação da existência dos sujeitos e de suas ancestralidades (Hage, 2014), buscamos investigar um pouco mais acerca da presença dos alunos e das alunas indígenas com deficiência.

A presença de estudantes indígenas com deficiência nas escolas indígenas é realidade, por esse motivo torna-se necessário identificar e analisar o quantitativo desses estudantes presentes nas 20 escolas indígenas do Estado de Minas Gerais, e verificar as condições de acesso e permanência desse alunado nas escolas indígenas mineiras.

## **Metodologia**

Para identificar e analisar o quantitativo de estudantes indígenas com deficiência nas escolas indígenas de Minas Gerais, optou-se por escolher a pesquisa descritiva, a qual visa descrever as características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008).

Ao optarmos por realizar uma investigação que tenha como base dados públicos referenciados na educação básica, coadunamos com Jannuzzi (2005), o qual aponta a necessidade e a importância de utilizarmos esse parâmetro metodológico para caracterizar o que está evidenciado pelos indicadores sociais e, por conseguinte, abrir espaço para que possamos debatê-los.

Pensarmos a utilização de dados públicos para a construção de políticas significa utilizarmos referenciais efetivos de uma realidade que, por vezes, não é enxergada de forma qualitativa e quantitativa. Ao lançarmos mão de uma investigação que contorne o desenho concreto da escolarização de alunos indígenas com deficiência em Minas Gerais, almejamos não somente denunciar realidades de carência e falta de direitos, mas debatermos o quanto ainda precisamos avançar, bem como o quanto já avançamos nesse contexto.

Delimitou-se para a coleta de dados o Censo Escolar da Educação Básica por ser o principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, além de contar com a participação de todas as escolas públicas e privadas do Brasil. O Censo é uma ferramenta

importante para compreender a situação educacional no país e acompanhar a efetividade das políticas públicas.

A pesquisa realizada pelo Censo Escolar coleta informações das etapas e das modalidades da educação básica e profissional, por meio dessa base de dados é possível identificar situações específicas, como o perfil dos estudantes indígenas com deficiência matriculados em escolas indígenas de Minas Gerais. Para tanto, a coleta dessas informações peculiares foi realizada nos microdados do Censo Escolar porque reúnem dados primários que são detalhados para a menor unidade de informação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) disponibiliza os dados e microdados do Censo Escolar desde 1995, entretanto, para este estudo delimitamos o recorte temporal de 2008 a 2020, utilizando especificamente os dados dos anos de 2008, 2010, 2015 e 2020. Optou-se pelo ano de 2008 por corresponder ao ano de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008, p. 8), que tem como objetivo garantir “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”. O ano de 2020 foi escolhido por ser o último ano em que os dados do Censo foram disponibilizados na íntegra. No ano de 2022, durante o Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) o INEP reestruturou a forma de divulgação dos dados do Censo Escolar e sofreu redução no detalhamento. Assim, os pesquisadores ficaram impossibilitados de desenvolver estudos com cruzamento de dados mais específicos, como a situação dos escolares indígenas com deficiência.

Os microdados do Censo Escolar da Educação Básica possuem quatro bancos para a coleta de dados (escola, matrícula, turmas e docente), sendo que escolhemos para este estudo o banco de matrículas por ser o mais adequado para delinear o perfil dos estudantes indígenas com deficiência. Para a extração dos dados, foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Para iniciar o processo de coleta dos dados sobre escolares indígenas com deficiência, selecionamos as seguintes variáveis: CO\_UF=31, que representa o Estado de Minas Gerais, e IN\_EDUCACAO\_INDIGENA, que corresponde a educação escolar indígena. Em seguida, cruzamos com as variáveis que se referem as deficiências, etapa e modalidade de ensino. O Censo Escolar da Educação Básica apresenta, no decorrer dos anos, modificações nas

nomenclaturas ou exclusão de variáveis. Por este motivo, selecionamos para análise as variáveis do censo escolar que se enquadram no conceito de pessoa com deficiência, conforme previsto no Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

Assim, realizamos os seguintes cruzamentos para obter os dados de escolares indígenas com deficiência em Minas Gerais:

- a) 2008: deficiências (baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência mental, surdocegueira, deficiência múltipla e Síndrome de Down) e Transtorno Global do Desenvolvimento<sup>6</sup> por incluir nesse grupo estudantes com autismo<sup>7</sup> e síndromes do espectro autista com a etapa e a modalidade de ensino (Inep, 2009).
- b) 2010: deficiências - baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência mental, surdocegueira, deficiência múltipla, autismo clássico, síndrome de Asperger (por se enquadrar dentro do espectro autista) e síndrome de Rett (tendo em vista a gravidade do comprometimento motor e cognitivo que essa síndrome provoca) com a etapa e a modalidade de ensino (Inep, 2011).
- c) 2015: deficiências - baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência intelectual, surdocegueira, deficiência múltipla, autismo infantil, síndrome de Asperger e síndrome de Rett com a etapa e a modalidade de ensino. (Inep, 2016)
- d) 2020: deficiências - baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência intelectual, surdocegueira, deficiência múltipla e Transtorno do Espectro Autista (TEA) com a etapa e modalidade de ensino (Inep, 2021).

---

<sup>6</sup>“Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil”. (Brasil, 2008, p. 9)

<sup>7</sup>Conforme o artigo 1º da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

Embora esta pesquisa use procedimentos de coleta de dados embasados na abordagem quantitativa, a análise dos dados tem caráter qualitativo. De acordo com Minayno (1996, p. 27), a dialética marxista, em relação à problemática da abordagem qualitativa e quantitativa, pondera que esses dois aspectos são essenciais ao entendimento da realidade humana, pois: “[...] a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo”.

A partir do levantamento realizado, os dados foram organizados em um gráfico e três tabelas, e analisados a partir da literatura especializada na área da Educação Especial, Educação Escolar Indígena e suas interfaces.

## Resultados e Discussões

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 36.699 pessoas se declararam indígenas no Estado de Minas Gerais, sendo 17.831 homens e 18.868 mulheres. Com relação à população infantil indígena e em idade escolar, o estado possui 2.591 crianças de 0 a 4 anos; 2.720 crianças de 5 a 9 anos; 2.795 crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 2.954 adolescentes de 15 a 19 anos, totalizando uma população em idade escolar de 11.060 crianças e adolescentes declarados indígenas.

No que se refere à população indígena de Minas Gerais que habita terras indígenas, o estado possui 13.094 vivendo em 12 terras indígenas distribuídas em 13 municípios mineiros, segundo os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena.<sup>8</sup> As etnias presentes no estado pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, sendo: Aranã, Catu-Awá-Arachás, Caxixó, Krenak, Maxakali, Mukuriñ, Pankararu, Pataxó hã-hã-hãe, Pataxó, Puris, Xakriabá e Xukuru-Kariri.<sup>9</sup>

Estudo realizado por Sá, Ribeiro e Brazão (2023) sobre a Educação Especial em escolas indígenas mineiras apontou a existência de 20 escolas que ofertam Educação Escolar Indígena dentro de terras indígenas, sendo uma escola municipal e 19 escolas da rede estadual de ensino. Em relação ao número de estudantes matriculados nessas escolas, a Tabela 1 apresenta esses dados.

<sup>8</sup>Informações disponíveis em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/sesai\\_pop\\_indigena/sesai\\_pop\\_indigena.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/sesai_pop_indigena/sesai_pop_indigena.html).

<sup>9</sup> Informações retiradas da página “Povos Indígenas no Brasil”. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro\\_Geral\\_dos\\_Povos](https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos)

Tabela 1: Matrículas de estudantes indígenas em Minas Gerais

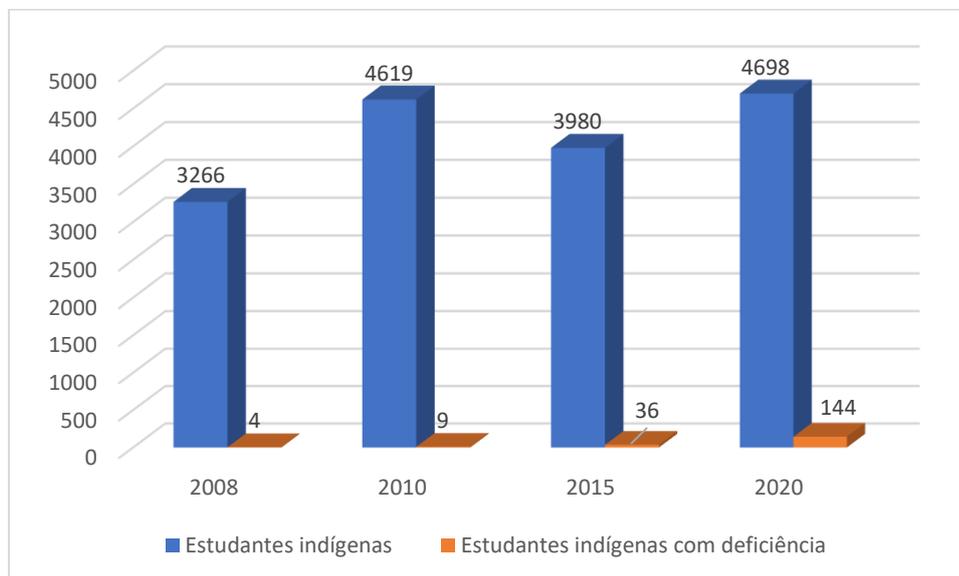
Ano	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
<b>2008</b>	1589	1677	<b>3266</b>
<b>2010</b>	2278	2341	<b>4619</b>
<b>2015</b>	1979	2001	<b>3980</b>
<b>2020</b>	2317	2381	<b>4698</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica – Ano 2008; 2010; 2015; 2020 (INEP, 2009; 2011; 2016; 2021)

De acordo com os dados, pode-se verificar que as matrículas de estudantes indígenas em Minas Gerais aumentaram 43,8% quando comparamos os dados de 2008 e 2020. Esse aumento é resultado da criação e da implementação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas nas últimas décadas, que garantem o direito a uma Educação Escolar Indígena diferenciada, bilíngue/multilíngue, intercultural e comunitária. Destacam-se que essas conquistas legais são fruto das intensas lutas de lideranças indígenas apoiadas por aliados não indígenas (Baniwa, 2010)

Apesar do direito à Educação Escolar Indígena estar garantido, outros desafios surgem na atualidade, como a ampliação do número de escolas indígenas; a formação de professores indígenas; o protagonismo e a autonomia dos povos indígena na construção e na gestão de suas escolas; e o aumento de estudantes indígenas com deficiência nas escolas indígenas. Sobre isso, o Gráfico 1 apresenta os dados das matrículas de estudantes indígenas com deficiência em Minas Gerais.

Gráfico 1: Quantitativo de matrículas de indígenas com deficiência em Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica – Ano 2008; 2010; 2015; 2020 (INEP, 2009; 2011; 2016; 2021)

No decorrer do período analisado, verifica-se aumento expressivo das matrículas de estudantes indígenas com deficiência no Estado de Minas Gerais. Ao comparar os dados de Minas Gerais com os dados do Brasil (apresentados por Sá, Ribeiro e Gonçalves na pesquisa de 2023), verifica-se que a proporção de estudantes indígenas com deficiência é maior em Minas Gerais. No estado mineiro os estudantes indígenas com deficiência representaram 3,06% do total das matrículas no ano de 2020, enquanto os dados das matrículas de estudantes indígenas com deficiência no Brasil representaram 1,18%. Situação essa que merece ser investigada, principalmente sobre a forma que os diagnósticos estão sendo elaborados e se contam com a participação da família e da comunidade, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012).

A Tabela 2 apresenta dados dos estudantes indígenas por tipo de deficiência.

Tabela 2: Matrículas de estudantes indígenas por tipo de deficiência em Minas Gerais

Ano	Tipo de deficiência ou outras								
	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Def. auditiva	Surdo-cegueira	Def. física	Def. intelectual	Def. múltipla	Outras <sup>10</sup>
2008	0	2	1	0	0	1	0	0	0
2010	0	3	0	0	0	1	2	1	0
2015	0	2	6	3	0	2	28	2	1
2020	0	6	9	5	0	22	131	14	14

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica – Ano 2008; 2010; 2015; 2020 (INEP, 2009; 2011; 2016; 2021)

No período analisado, verifica-se, de modo geral, a existência de estudantes indígenas com baixa visão, surdez, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual (DI), deficiência múltipla e TEA, não foram identificadas matrículas de estudantes com cegueira e surdocegueira. Nos anos de 2008 e 2010, a Baixa Visão correspondeu a maior parte das matrículas. A partir de 2015, a predominância foi da Deficiência Intelectual, no ano de 2020 cerca de 65% das matrículas de estudantes indígenas com deficiência eram de estudantes com DI, essa tendência sobre a incidência foi identificada no cenário brasileiro tanto em escolas localizadas em áreas urbanas quanto em escolas rurais (Gonçalves; Sá; Mantovani, 2017; Sá; Ribeiro; Gonçalves, 2023).

Bueno e Silva (2021, p. 8) apontam divergências sobre os dados da deficiência intelectual. Segundo os autores, os dados do censo demográfico de 2010 revelam que 10,7% da população declarada com deficiência possuía deficiência intelectual e no caso do censo escolar da educação básica de 2019, 42% dos estudantes com deficiência possuíam deficiência intelectual. Os autores asseveram que:

Se aliarmos a representação desproporcional das matrículas às críticas sobre os processos diagnósticos desse alunado fica evidente a imbricação entre a caracterização da deficiência intelectual e o baixo rendimento escolar, que se abate fundamentalmente sobre os alunos das camadas populares. (Bueno, Silva, 2021, p. 08)

<sup>10</sup>A categoria “outras” se refere no ano de 2008 ao Transtorno Global do Desenvolvimento; no ano de 2010 Autismo Clássico, Síndrome de Asperger e Síndrome de Rett; no ano de 2015 Autismo Infantil, Síndrome de Asperger e Síndrome de Rett; no ano de 2020 Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De acordo com Carneiro (2006) a identificação da deficiência intelectual é complexa e envolve aspectos sociais, ambientais, econômicos e histórico. E no caso da população indígena com deficiência, Silva e Bruno (2019) questionam a complexidade do diagnóstico da deficiência intelectual para os povos indígenas, citam que em algumas culturas indígenas o conceito de deficiência intelectual é ausente, e a hipótese levantada pelos autores é que as dificuldades de aprendizagem podem ser indicadas por fatores linguísticos e culturais.

Com relação a modalidade de ensino que os estudantes indígenas com deficiência frequentam, todos estão matriculados na rede regular de ensino, situação essa que se diverge do cenário nacional. Segundo os dados do censo escolar referente ao ano de 2020, 11,9% dos estudantes público da Educação Especial estavam matriculados em classes e/ou escolas especiais. Com relação aos dados sobre as etapas de ensino, estes estão estruturados na tabela 3.

Tabela 3: Matrículas de estudantes indígenas com deficiência em Minas Gerais

ANO	ETAPAS DE ENSINO					TOTAL
	Educação Infantil	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio		
2008	0	4	0	0	4	
2010	2	5	2	0	9	
2015	1	21	14	0	36	
2020	0	50	55	39	144	

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica – Ano 2008; 2010; 2015; 2020 (INEP, 2009; 2011; 2016; 2021)

Os dados indicam o predomínio das matrículas de estudantes indígenas com deficiência no ensino fundamental. Ao analisar os dados do ano de 2020, identificou-se que 73,9% das matrículas desses sujeitos estavam nessa etapa de ensino, fato esse que corrobora com a estatística nacional. Segundo os dados do Censo Escolar do ano de 2020, 76,2% dos estudantes da Educação Especial frequentavam o ensino fundamental em classes comuns. De acordo com Meletti e Ribeiro (2014), os indicadores educacionais da educação básica mostram o afunilamento do número de matrículas gerais entre o ensino fundamental e o ensino médio brasileiro, evidenciando que o problema de acesso ao ensino médio se agrava em se tratando da população com deficiência.

Um ponto que merece ser destacado é que a porcentagem de estudantes indígenas com

deficiência matriculados no ensino médio é maior que média nacional. Estudo realizado por Vizzotto (2020), sobre inclusão na educação básica, evidenciou que 10,18% das matrículas de estudantes com deficiência estavam no ensino médio, no caso das matrículas de estudantes indígenas com deficiência em Minas Gerais 27,1% estão matriculados no ensino médio.

Todavia, o aumento de estudantes indígenas com deficiência no Estado de Minas Gerais levanta o questionamento sobre as condições de acessibilidade das escolas indígenas para receber esse alunado. Pesquisa de Sá, Ribeiro e Brazão (2023) demonstrou que a maioria das escolas indígenas mineiras (95%) não possui qualquer tipo de acessibilidade, seja nos banheiros, seja no restante das dependências. Outro fato destacado pelos autores é a escassez de escolas indígenas que possuem Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). No ano de 2020, existia no estado mineiro três escolas indígenas que ofertavam o AEE e duas que possuíam SRM. Situação essa que demonstra a fragilidade das políticas públicas e a ausência do Estado de Minas Gerais para atendimento dos estudantes indígenas com e sem deficiência, já que todas as matrículas dos estudantes com deficiência estão nas escolas da rede estadual de ensino.

### **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar o quantitativo de estudantes indígenas com deficiência no Estado de Minas Gerais. No período analisado, identificamos aumento expressivo das matrículas de estudantes indígenas com deficiência e TEA nas escolas indígenas mineiras, com predomínio de estudantes com deficiência intelectual nas escolas indígenas.

A partir dos dados apresentados, destacamos a urgência no fortalecimento de ações na esfera política, financeira, pedagógica e formativa, considerando as especificidades culturais de cada povo indígena de Minas Gerais. O estado mineiro tem o dever de promover essas condições já que 19 das 20 escolas indígenas estão sob sua incumbência e todos os estudantes indígenas com deficiência estão matriculados na rede estadual de ensino.

Para que os estudantes indígenas com deficiência aprendam e permaneçam nas escolas, é preciso garantir condições múltiplas, como o respeito à diversidade linguística e cultural de cada povo mineiro, e a construção de uma proposta de Educação Escolar Indígena fundamentada nos anseios de cada comunidade.

## Referências

ALVARES, Myriam Martins. A educação indígena na escola e a domesticação indígena da escola. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 15, n. 2, p. 223-249, 1998.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 33, p. 35-49, jun. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeaba/v19n33/v19n33a04.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3F8fUSB>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acessado em: 03 jun. 2024.

BUENO, José Geraldo Silvera; SANTOS, Natália Gomes dos. As relações de classe, raça e gênero na constituição da deficiência intelectual. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/9ncJsnMBx8VYvRxrwcGd4hs/#>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. A deficiência mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural. In: Baptista. C. R. et al., (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: 2006. p. 137-152.

DALMONECH, Jaqueline Zanotti; REBELO, Andressa Santos. Matrículas de alunos público da Educação Especial na Educação Profissional Federal em Mato Grosso do Sul (2009-2021). **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 508-518,

2024. DOI: 10.12957/riae.2024.73874. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73874>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DUTRA, Mara Vanessa; REZENDE, Zelia Maria. Os Krenak, Maxakali, Pataxó, Xacriaba e a sua educação. In: GESTEIRA MATOS, Kleber; REZENDE, Zélia Maria (org.). **Escola indígena: Índios de Minas Gerais recriam a sua educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2000.

GARLET, Marinez; GUIMARÃES, Gleny; BELLINI, Maria Isabel Barros. Cotas para estudantes indígenas: inclusão universitária ou exclusão escolar. **Educação**. Porto Alegre, p. 65-74, 2010. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822010000100007&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822010000100007&script=sci_abstract&tlng=en). Acesso em: 03 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Taisa Grasiela Gomes Liduenha; SÁ, Michele Aparecida; MANTOVANI, Juliana. Matrículas de alunos com deficiência intelectual em escolas no campo: uma análise do Censo Escolar da Educação Básica (2007-2014). In: CAIADO, Kátia Regina Moreno; BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (org.). **Deficiência mental e deficiência intelectual em debate**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 371-392.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1165-1182, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Ano: 2008. Brasília, DF: Inep, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Ano: 2020. Brasília, DF: Inep, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Ano: 2015. Brasília, DF: Inep, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Ano: 2010. Brasília, DF: Inep, 2011.  
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

LIMA, Márcio Alexandre Barbosa; SANTOS, Robson dos; AZEVEDO, Alexandre Ramos de. As escolas com localização diferenciada e o direito à educação. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 52-52, 2021.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. **Cadernos CEDES**, v. 34, n. 93, p. 175-189, 2014.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y6cVwLpJLsgwsYvzSVhFLQg/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.445, de 22 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a educação escolar indígena no Estado e cria a categoria Escola Indígena. Disponível em: <https://bit.ly/3Y2sFqF>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução 4.256, de 09 de janeiro de 2020.** Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1996.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SÁ, Michele Aparecida de; DAMASCENO, Allan Rocha. Educação Especial em escolas do campo e indígenas. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 51-64, 30 dez. 2019.

PAIVA, Carla Carneiro Costa Maciel. A educação escolar indígena no estado de Minas Gerais: trajetória e perspectivas. *In*: V CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2018.

PEREIRA, Verônica Mendes. A educação escolar indígena em Minas Gerais. **Paidéia**, ano VI, n. 6, 2009.

RAUPP, Ludimila; *et al.* Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2017.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307, abr. 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-68312018000100276&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312018000100276&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 mar. 2024.

RIBEIRO, Eduardo Adão; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Direito à Educação de camponeses com deficiência. **Revista Juris UniToledo**, v. 6, n. 01, 2021.

SÁ, Michele Aparecida de; RIBEIRO, Eduardo Adão; BRAZÃO, Letícia de Oliveira. Educação especial em escolas indígenas de Minas Gerais: cenários a partir de indicadores do censo escolar. **Revista Cocar**, [s. l.], n. 21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7796>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SÁ, Michele Aparecida de. Educação e Escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá. 183 f. 2015. **Tese** (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SÁ, Michele Aparecida; FERRARI, Ana Carolina Machado; MARCIANO, Rafael Henrique

de Rezende. Educação especial e sua interface com a educação escolar indígena no contexto de Minas Gerais. In: SOUZA, Sirleine Brandão; FERRARI, Carla Cazelato (org.). **Educação Especial**: políticas, pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Sererê Editora; Educação Tecnológica, 2022. p. 69-94.

SÁ, Michele Aparecida de; CIA, Fabiana. Educação especial nas escolas indígenas: análise do Censo Escolar de 2007-2010. **Revista Educação Especial**, Santa Maria/RS, v. 28, n. 51, p. 41-52, jan./abr. 2015.

SÁ, Michele Aparecida de; RIBEIRO, Eduardo Adão; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Escolares indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. 1-19, 2023.

SILVA, João Henrique da; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação especial nas escolas indígenas de Dourados, MS: desafios e possibilidades do serviço de apoio para os indígenas com deficiência. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 67-84, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/470k6Ri>. Acesso em: 26 mar. 2024.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

VIZZOTTO, Patrick Alves. Inclusão na Educação Básica Brasileira: Análise do Censo Escolar por Meio dos Microdados do Inep. **Ensaio Pedagógico**, v. 4, n. 1, p. 102-112, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Patrick-Vizzotto/publication/346006814\\_Inclusao\\_na\\_Educacao\\_Basica\\_Brasileira\\_Analise\\_do\\_Censo\\_Escolar\\_por\\_meio\\_dos\\_Microdados\\_do\\_INEP/links/5fb554fd92851c2994e4ac76/Inclusao-na-Educacao-Basica-Brasileira-Analise-do-Censo-Escolar-por-meio-dos-Microdados-do-INEP.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Patrick-Vizzotto/publication/346006814_Inclusao_na_Educacao_Basica_Brasileira_Analise_do_Censo_Escolar_por_meio_dos_Microdados_do_INEP/links/5fb554fd92851c2994e4ac76/Inclusao-na-Educacao-Basica-Brasileira-Analise-do-Censo-Escolar-por-meio-dos-Microdados-do-INEP.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

Submissão em: 04/04/2024

Aceito em: 12/06/2024

Citações e referências  
Conforme normas da:

